

Documento reproduzido com autorização do autor

COLETIVO DE ANALISTAS TÉCNICOS/AS DE POLÍTICAS SOCIAIS EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Enquanto servidoras/es federais da carreira de analistas técnicos/as de políticas sociais, repudiamos qualquer atentado às instituições democráticas e tentativas inescrupulosas de derrubar a atual gestão do governo federal **SEM RESPEITO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**.

Como muitos dos brasileiros e brasileiras que foram às ruas neste 18/03, nunca deixamos de manifestar publicamente críticas ao atual governo e **NÃO É O ATUAL GOVERNO QUE DEFENDEMOS COLETIVAMENTE NESSE MOMENTO** ao juntarmos-nos à manifestação de repúdio à tentativa de golpe que está em curso. Queremos deixar claro que fazemos parte de uma **INICIATIVA SUPRA-PARTIDÁRIA** que acolhe, inclusive, pessoas e organizações críticas ao PT e à atual gestão federal.

Porém, **NÃO ADMITIMOS QUE AS LUTAS HISTÓRICAS PELA DEMOCRACIA, PELO AVANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS, PELAS LIBERDADES INDIVIDUAIS e pelos DIREITOS HUMANOS** sejam colocadas em risco por grupos reacionários que se valem da bandeira anticorrupção.

LUTAMOS, NÓS TAMBÉM, CONTRA A CORRUPÇÃO, sem jamais prescindir dos direitos fundamentais e das garantias previstas na Constituição, da ampliação da democracia, inclusive no poder judiciário e na mídia, da reforma política rumo a partidos mais políticos e menos eleitoreiros, da correção de falhas graves de nosso sistema presidencialista de coalizão, do fim do financiamento privado de campanhas, da valorização dos trabalhadores e trabalhadoras de todos os segmentos, do respeito à diversidade, da qualificação do serviço público e da condução do País à justiça social e ao desenvolvimento sustentável.

QUEREMOS SUPERAR AS FALHAS DO ATUAL GOVERNO DE MANEIRA DEMOCRÁTICA, por meio das urnas eleitorais, por meio dos conselhos de políticas públicas, por meio de manifestos populares, mas nunca por meio de canetadas, golpes e expedientes escusos.

NÃO ADMITIMOS que o Brasil seja governado por juízes, militares, burocratas ou qualquer categoria que, à distância, sem a legitimidade conferida pelo voto, não se submeta ao escrutínio de nosso povo de maneira inequivocamente democrática.

Nós, Analistas Técnicos de Políticas Sociais que assinamos esta carta **VAMOS ÀS RUAS EM DEFESA DA DEMOCRACIA** e convidamos a todos e todas que fazem a mesma reflexão que se juntem a nós neste momento de extremo risco à democracia brasileira.

COLETIVO ATPS PELA DEMOCRACIA

ALINE GUEDES
ALLAN RAZERA
ANA AMSTALDEN
ANA CAROLINA ANDRADE
ANA CAROLINA CAMBESES
ANA CAROLINA DOS SANTOS
ANA CAROLINA LOPES
ANA LAURA BECKER
ANA PAULA PEDROSA
ANA ROCHA
ANNA CAROLINA NOGUEIRA
ARAKEN RODRIGUES
BARBARA CESAR
BIANCA NOGUEIRA
BRUNA BECK
CAMILA CARNEIRO
CAMILA RIBEIRO
CARINNE BOTO
CARLA MOTA
CAROLINA CARVALHO
CAROLINA LEAL
CAROLINA MALHEIROS
CAROLINA MARRA
CAROLINE SAMPAIO
CLARISSA HABCKOST
DANIELLE HENDERSON

DÉBORA PINHEIRO
DOMITILA PEIXOTO
EDIANE BASTOS
EDMILZA SILVA
ELIANA GRAÇA
ELIZABETE BONAVIGO
EVA PATRICIA LOPES
FABIO CAMPELO
FERNANDO MICHELOTTI
FLAVIA AZEVEDO
FRANCISCA FREITAS
FRANCISCO COULLANGES
GABRIELA PUDENZI
GABRIEL RIBEIRO
GESUINA LECLERC
GUSTAVO VELLOZO
HELIO MONTEIRO
HENRIQUE SABINO
IARA ATTUCH
IGOR TEIXEIRA
JOÃO VITOR LOUREIRO
JOSÉ RICARDO ALVES
JULIANA AGATTE
JULIANA MILANEZZI
LAÍS MARANHÃO
LARISSA PEIXOTO

LEONARDO VINCE
LEONARDO TAVEIRA
LUANA BENÍCIO
LUCAS DE VASCONCELLOS
LUCAS VILELA
LUIZA KREPEL
LUNA BORGES
MANUELA DE BARROS
MARIA CAROLINA LAGE
MARIA FERNANDA BRICENO
MARIANA VELOSO
MATEUS DONATO
MICHELLY DO CARMO
MONICA ALVES
NATÁLIA CERQUEIRA
NATALIA ISIS SOARES
NATALIA MARSON
NINA APPARICIO
OLIVIA LUCENA
PAULA LACERDA
PAULA RINCON
PAULO EUGENIO
PAULO GUILAYN

PEDRO MACDOWELL
PEDRO MASSON
RAFAEL DIAS
RAISSA FONSECA
RAISSA SANTOS
RAQUEL RIZZI
RENATA BRAZ
RENATA MENEZES
RICARDO DE OLIVEIRA
ROBERTO PASCHOALINO
SAMUEL MARTINS
SAMUEL WEIMAR
SARA MOTA
SUELI BRITO
TAMILLE DIAS
TARCILA PORTUGAL
TATYANA PATRICIO
TERESA BARROSO
THOR RIBEIRO
VALDSON CLETO
VANESSA LANÇA
VINICIUS DE ARAÚJO
WALDYR DE OLIVEIRA NETO

Se você se identifica com o **COLETIVO ATPS PELA DEMOCRACIA** e quer participar das nossas ações, entre em contato com a gente pelo e-mail atps.democracia@gmail.com

Nós, Auditores-Fiscais (em exercício no Ministério da Fazenda e no Ministério do Trabalho e Previdência Social), abaixo-assinados, diante deste momento de extrema importância para a democracia no nosso país, nos sentimos obrigados a nos manifestar por meio da presente nota:

1) Dentre nós, Auditores-Fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil signatários desta nota, há cidadãos de diferentes matizes ideológicos e de pensamento. Somos conscientes, no entanto, de que, muito além da visão de mundo de cada um de nós, na condição de agentes públicos e integrantes de carreira de Estado, devemos respeitar e defender os fundamentos do Estado de Direito, consubstanciados pela Constituição Federal de 1988.

2) Registramos, sim, nosso inconformismo com a orientação de certas políticas governamentais, especialmente aquelas concernentes à Inspeção do Trabalho e à Fiscalização Tributária, quando não são empoderadas para efetivar ou se afastam do conteúdo de cláusulas pétreas ou aspectos essenciais da Constituição, como a dignidade da pessoa humana, a função social da propriedade, os direitos sociais e uma ordem econômica e social mais justa, além de princípios destas derivados, como o da capacidade contributiva, que deveria orientar o sistema tributário nacional e o da impessoalidade, critério essencial à Administração Tributária.

3) Apoiamos enfaticamente: a) o combate à corrupção, em todos os Poderes e entes federativos, responsabilizando agentes públicos e privados envolvidos; b) que todos os condenados sejam punidos, nos estritos limites da lei; c) que todos os suspeitos tenham seus direitos constitucionais respeitados – sobretudo, a presunção de inocência e o devido processo legal.

4) Com a mesma ênfase, juntamos nossa voz em defesa do Estado de Direito e da Justiça. Contudo, Justiça não se confunde com Juiz, assim como Fiscalização não se confunde com Auditor. O apoio acrítico às iniciativas de determinados agentes do Estado não significa apoiar o Estado de Direito e a Justiça, a Polícia e o Ministério Público, especialmente quando assentado em questões corporativas ou em preferências pessoais ou ideológicas. Os agentes responsáveis pela efetivação da lei devem, como pressuposto, obedecê-la, sob pena de, no máximo, se igualarem aos infratores que deveriam enquadrar e, efetivamente, atentarem contra o Estado de Direito que deveriam defender.

5) Nenhum golpe contra o Estado Democrático de Direito se apresenta como tal. Todo golpe, por definição, propala defender a legalidade. Em 1964, o golpe que extinguiu a democracia no nosso país por duas décadas se apresentava e foi apoiado por parcelas substanciais da população, propalando ser a defesa da própria democracia que extirpava.

6) Além de afirmarem defender a legalidade, os golpes contra o Estado de direito e a democracia, nas sociedades modernas, são sistematicamente e deliberadamente anunciados e implementados sob a aparente roupagem da legalidade. Por mais que as medidas atentem diretamente contra os direitos individuais e da coletividade, todo o esforço é feito para marcá-las como juridicamente válidas. Até os regimes totalitários do Século XX seguiram esse itinerário.

7) Na democracia, os meios são seu próprio fim. A participação do conjunto da população no destino da sociedade e o controle da legalidade por meio de regras claras e que valham para todos, inclusive para os aplicadores da lei, são condição sine qua non para a construção de uma sociedade considerada melhor.

8) Quando métodos de exceção, como conduções coercitivas contra legis, se tornam comuns; quando agentes de Estado com expressa e emocional preferência pessoal e partidária investigam, processam e julgam aqueles contra os quais nutrem ressentimento, ou seja, em relação aos quais estão expressamente impedidos de atuar por lei; estamos diante de uma conjuntura gravíssima de fragilização do Estado de Direito.

9) Num cenário de crise, como o atual, açodamento é o recurso para quem não tem razão e precisa se impor sem mediações. As principais empresas de comunicações têm atuado despudoradamente para derrubar o Governo, nos mesmos moldes nos quais já fizeram outras vezes em nosso país. Se há crimes, que sejam todos investigados no âmbito do devido processo legal, sejam os envolvidos políticos de quaisquer partidos, agentes de Estado ou executivos de empresas.

10) Derrubar um governo democraticamente eleito, sem crime comprovado no âmbito do devido processo legal, é golpe! Até o momento, não há sequer investigação contra a chefe do Poder Executivo, muito menos qualquer prova de que tenha cometido algum crime.

11) Pior do que um golpe contra o Estado Democrático de Direito, são os seus frutos.

Pela democracia,